



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em 21/11/13
Assessoria de Planário

MENSAGEM

Nº 396 /2013-GAG

Brasília, 18 de novembro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetei o **Projeto de Lei nº 1.152/2012**, que *dispõe sobre o tratamento favorecido e diferenciado das mídias comunitárias a ser observado pelos editais de licitação e pelos contratos de serviços publicitários no Distrito Federal*.

MOTIVOS DE VETO

Embora louvável a preocupação com as mídias comunitárias, o Projeto de Lei não pôde ser sancionado pelo Poder Executivo, porque busca dar tratamento diferenciado em licitações públicas, sem amparo na Constituição Federal.

A legislação federal sobre a matéria, por sua vez, obriga a observância do princípio constitucional da isonomia nas licitações públicas (Lei federal 8.666/1993, art. 3º), regra de cumprimento obrigatório pelo Distrito Federal (Constituição Federal, art. 24, §§), inclusive na sua competência legislativa.

Por essas razões, apus o **veto total** ao **Projeto de Lei nº 1.152/2012** e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,


AGNELO QUEIROZ
Governador

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO WASNY DE ROURE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

Leonardo 16/11/13



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição



(Autoria do Projeto: Deputado Cristiano Araújo)

Dispõe sobre o tratamento favorecido e diferenciado das mídias comunitárias a ser observado pelos editais de licitação e pelos contratos de serviços publicitários no Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Os editais de licitação e os contratos de serviços publicitários no Distrito Federal, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, devem observar as normas desta Lei para a garantia do cumprimento das obrigações estabelecidas nas contratações.

Parágrafo único. Devem obter tratamento favorecido e diferenciado, para os fins desta Lei, as entidades que se dedicam aos serviços de publicidade que compreendem a divulgação falada, escrita ou televisada no Distrito Federal.

Art. 2º Os editais referentes às contratações de empresas para a prestação de serviços publicitários devem dispensar tratamento favorecido e diferenciado às mídias comunitárias, independentemente do direito de preferência e de saneamento, no percentual de, no mínimo, quinze por cento do gasto público com contratações.

§ 1º O tratamento favorecido e diferenciado a que se refere este artigo é implementado por meio de contratação exclusiva, cota reservada e subcontratação compulsória.

§ 2º O percentual mínimo a que se refere este artigo é aferido por exercício financeiro e por unidade orçamentária.

§ 3º Atingido o mínimo percentual, é publicado ato na imprensa oficial, enviando-se cópia às entidades representativas e incentivadoras do setor.

Art. 3º A publicação trimestral de que tratam o art. 22, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e o art. 4º da Lei nº 3.184, de 29 de agosto de 2003, deve ser observada de modo que sejam respeitados os princípios da Administração Pública.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de outubro de 2013

DEPUTADO WASNY DE ROURE

Presidente